

As narrativas de memória e a educação em Vitória da Conquista\BA na primeira metade do século XX – Não se esqueçam em que mundo nós vivíamos

Edileusa Santos Oliveira*

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro**

Resumo: Neste artigo, discutimos as narrativas de memória de ex-alunos do Ginásio de Conquista e do Educandário Juvêncio Terra, dos anos 1940 e 1950, colhidas em entrevistas feitas entre 2007 e 2012, em diálogo com a trajetória da educação brasileira primeira metade do século XX e considerando as múltiplas determinações que influenciaram sua história, seus aparatos legais e os fazeres pedagógicos. Entendemos que, para analisar as experiências recordadas e partilhadas por sujeitos que participam de determinado grupo social, o conceito de memória, que chamamos de ‘memória social’, é central. Para tanto, seguimos a elaboração teórica de James Fentress e Chris Wickham que encontram na memória social a dimensão coletiva e a dimensão pessoal da vida dos indivíduos. Além disso, orientamo-nos pelo campo teórico-metodológico do materialismo dialético.

Palavras-Chave: memória, educação, século XX

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, oferecido pela Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia – UESB. Vitória da Conquista, BA. leu_vc@yahoo.com.br

** Pós-Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor Pleno da Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia – UESB. Vitória da Conquista, BA. apcasimiro@oi.com.br

Memory narratives and education in Vitoria da Conquista -BA in the first half of the twentieth century - Do not forget in what world we lived in

Edileusa Santos Oliveira
Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro

Abstract: In this article we discuss the narrative of memory of former students from Ginásio da Conquista and Educandário Juvêncio Terra schools, from 1940s and 1950s, taken from interviews carried out between 2007 and 2012, in an exchange of ideas with the trajectory of the Brazilian Education in the first half of the twentieth century, and the multiple determinants that influenced its history, based on legal apparatus and teaching practices. In order to analyze the experiences recalled and shared by the subjects who participate in a particular social group, the concept of memory we call 'social memory', is central to this discussion. We follow the theoretical elaboration of James Fentress and Chris Wickham, who find in the social, memory the collective and personal dimensions of the individuals' life. The studies were oriented by the theoretical-methodological field of Dialectical Materialism.

Keywords: memory, education, twentieth century

Narrativas de memoria y educación en Vitoria da Conquista \ BA em La primera mitad del siglo XX - no se olvide em qué mundo vivimos

Edileusa Santos Oliveira
Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro

Resumen: En este artículo se discute la memoria narrativa de antiguos alumnos de Gimnasio Logro y Educandário Juvêncio Terra, 1940 y 1950, tomada de entrevistas llevadas a cabo entre 2007 y 2012, en diálogo con la trayectoria de La Educación de Brasil em el primer semestre el siglo XX, y los múltiples factores determinantes que influyeron en su historia, basado em La enseñanza aparato jurídico y las prácticas. El experiencias recordado y compartido por los sujetos que participan em un grupo social particular, el aspecto de la memoria que llamamos 'memoria socia', es central em esta discusión , para entenderlo, seguimos la elaboración teórica de James Fentress y Chris Wickham , que se encuentran memoria social La dimensión colectiva y la dimensión personal de la vida de las personas . Los estudios se realizaron em el campo teórico y metodológico del materialismo dialéctico.

Palabras Clave: memória, la educación, siglo XX

Introdução

No presente artigo, discutimos as narrativas de memória de ex-alunos das turmas de 1940 a 1950 do Ginásio de Conquista e do Educandário Juvêncio Terra em Vitória da Conquista, Bahia. Procuramos dialogar com a trajetória da educação brasileira na primeira metade do século XX, considerando as múltiplas determinações que influenciaram sua história, seus aparatos legais e os fazeres pedagógicos da época.

Entre o final de 1980 e o início de 1990, como estudante do ensino fundamental e médio em escolas públicas de Vitória da Conquista¹, observamos que os professores tinham em comum o seguinte discurso: ‘no meu tempo, a escola era diferente [...] na minha época os alunos eram diferentes [...] antigamente a educação era diferente [...]’ Esse saudosismo, que expunha certo descontentamento com o presente e uma supervalorização do passado, era combinado com uma constante comparação da educação do final do século XX com a de seu início.

Esses professores, na época com idade entre 40 e 50 anos, quando crianças e adolescentes entre 1940, 1950 e 1960, haviam frequentado as escolinhas primárias e o ‘velho e bom Ginásio’, descrito por Clarisse Nunes (2000, p. 35) como “[...] um ginásio do qual se tem saudade, uma escola de qualidade, sobretudo pela sua excelência acadêmica”.

Entre 2007 e 2012, ouvimos as narrativas de memória de ex-alunos que, nas décadas de 1940 e 1950, tinham estudado no Ginásio de Conquista e no Educandário Juvêncio Terra. Neste artigo, sustentados pelo estudo da história da educação brasileira, apresentamos as reflexões sobre essa memória social, focando seus aparatos legais e fazeres pedagógicos.

“Curiosa é a expressão ‘meu tempo’ (ou ‘nossa época’) usada pelos que recordam”, diz Bosi (1994, p. 421, grifo do autor), chamando a atenção para uma expressão comum nos relatos de memória de pessoas idosas. Tal expressão foi marcante nas exclamações saudosas de nossos ex-professores e nos relatos que recolhemos durante a pesquisa. A mesma autora questiona, “Qual é o meu tempo, se ainda estou vivo e não tomei emprestada minha época a ninguém, pois ela me pertence tanto quanto a outros, meus coetâneos?”, e explica: “[...] o tempo que o homem considera

1 Vitória da Conquista, um importante município da região centro-sul da Bahia, na primeira metade do século XX era formado pela sede, por distritos, por povoados, por fazendas, muitos dos quais são, hoje, cidades circunvizinhas emancipadas.

como seu é aquele onde ele concebe e executa suas empresas. A época pertence aos homens mais jovens que nela se realizam por suas atividades, que animam com seus projetos” Bosi (1994, p. 421).

As lembranças da escola dos ‘anos dourados’, relatadas tão apaixonadamente, referem-se às instituições de ensino crivadas pelo rigor e pela disciplina, pela hierarquia e pela ordem, pelos valores e civismo, pelo medo e respeito, pelo *glamour* que, na memória social dos seus ex-alunos, não são características contraditórias ou questionáveis. Movidos pela memória social, ou seja, por imagens do passado que são partilhadas por um grupo coeso, como definem Fentress e Wickham (1992), esses ex-alunos das antigas escolas traziam e trazem lembranças semelhantes.

Os autores mencionados consideram que as versões comuns do passado são estabelecidas por meio da comunicação entre as pessoas que vivenciaram determinadas experiências e não pelas recordações pessoais em si: “[...] na verdade, as nossas recordações pessoais e até o processo cognitivo de recordar contêm na origem muito de social” (Wickham & Fentress, 1992, p. 7-8). Temos, portanto, a construção de uma versão acordada do passado, sendo a comunicação a base do processo que origina a memória social.

Ao pensarmos na educação brasileira no contexto em que esses antigos professores atuaram como alunos ou educadores, desvelamos o mundo em que os nossos entrevistados — ex-alunos do Ginásio de Conquista² e do Educandário Juvêncio Terra³ — também viveram sua adolescência e juventude, as novidades do seu tempo de escola e o cenário a que se reporta a memória social desse grupo.

Quando a geração dos ‘anos dourados’ tem a oportunidade de partilhar suas lembranças da infância e da juventude — sobretudo quando falam ‘do tempo’ em que frequentaram a escola, como funcionários,

2 O Ginásio de Conquista foi fundado pelo Padre Luiz Soares Palmeira, nascido no Rio de Janeiro – RJ, em 25 de junho de 1906, e falecido em Salvador – BA, em 29 de dezembro de 1988. Filho de uma família abastada de educadores e políticos, Palmeira mudou-se para Caetitê, município do interior baiano, onde recebeu as ‘ordens’ eclesiais, em 1932, e fundou um Ginásio que, em 1939, foi transferido para Vitória da Conquista.

3 O Educandário Juvêncio Terra foi fundado em 1946, pela professora Rosália Figueira Silveira. Nascida em 1915, em Vitória da Conquista, filha de uma grande família protestante, formada por fazendeiros, ela estudou em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

estudantes ou professores —, suas narrativas parecem tecer uma toalha rendada que, quando estendida por sobre os fatos, é capaz de recolorir os risos do passado e amenizar as suas dores:

[...] recordo a alegria que era estudar no Ginásio do Padre, era uma alegria, era uma alegria, porque a gente brincava muito, tinha o recreio, tinha três aulas, depois a gente tinha o recreio, no recreio a gente corria, brincava [...] Olhe, era tão [...] era tão gostoso!

Então, foi assim um momento muito gratificante da minha vida, muito, muito mesmo. O Ginásio do Padre tem uma importância muito grande, muito grande.

Até hoje eu me lembro dos meus professores com muito carinho, os que estão vivos, quando eu encontro, é aquele respeito, aquele carinho muito grande. Então, era assim, muito bom (Mota, 2008).

Era um curso que você saia preparado, você saía bacharel em ciências e letras. Hoje eu vejo aí: ‘Ah, não pode reprovar ninguém’. O aluno entra na Internet [...] Eu não via isso antes [...] Era aquele ginásio de uma [...] Aquela gostosura de estudar, aquela alegria [...] Os estudantes brincavam, jogavam bola [...] E na hora da aula, era aula mesmo (Cunha, 2009, grifo nosso).

Como podemos observar, cada evento lembrado é narrado como se constituísse uma ponte entre dois diferentes (e até mesmo opostos) padrões de comportamento, que pertencem, respectivamente, ao passado e ao presente. “Um movimento peculiar à ‘memória do velho’ que tende a adquirir, na hora da transmissão aos mais jovens, a forma de ensino, de conselho, de sabedoria” (Bosi, 1994, p. 481, grifo do autor).

Recordar é um ato preenchido de subjetividade, ou seja, as recordações são motivadas por emoções e sentimentos (Fentress & Wickham, 1992). De imediato, ouvindo aquela aparente harmonia partilhada no processo de rememoração, podemos pensar: ‘como eu queria ter vivido esse tempo!’ Contudo, o que temos são lembranças e esquecimentos que brotam em um ‘lugar’ bem específico. A memória social que predomina entre os sujeitos do Ginásio de Conquista e do Educandário Juvêncio Terra resulta de um conjunto de sentidos e significados comuns a uma classe social que estava apta a consumir os

bens materiais e imateriais oferecidos no mundo capitalista dos anos 40 e 50, do século XX.

Não nos interessa aqui classificar tais memórias como falsas ou verdadeiras, pois reconhecemos que elas são reais para o grupo social em questão. Contudo, essas narrativas de memória contrastam com as análises científicas que apontam o caráter de exclusão e equívoco da educação escolar daquela época. Por isso, quando são perguntados sobre episódios, temas e fatos considerados hoje como constrangedores, autoritários e violentos, a resposta vem anteceder da expressão: ‘não se esqueçam em que mundo nós vivíamos [...]’.

De acordo com Paul Ricoeur (2007), a memória está inserida no cosmos por intermédio da existência humana, ligada ao conhecimento da passagem do tempo entre o antes e o depois. As experiências lembradas pelo grupo de ex-alunos e ex-professores do Ginásio e do Juvêncio Terra são as impressões partilhadas de um passado comum, relevante e significativo na constituição do grupo no presente.

Portanto, começaremos a reflexão com base na advertência: ‘Não se esqueçam em que mundo os senhores viveram!’ Reconhecendo a complexidade e a totalidade do ‘mundo’ e do ‘tempo’ vivido pelos nossos entrevistados, focaremos as questões políticas e econômicas e seus reflexos na educação escolar, que, como diz a memória social, despertou nos sujeitos ‘o medo e o amor’, sentimentos que, se nos dias de hoje nos parecem contraditórios, no momento ao qual a memória se reporta eram complementares e harmoniosos.

O período de funcionamento do Ginásio de Conquista que interessa diretamente ao nosso estudo é o das décadas de 1940 e 1950, nas quais estão compreendidos os cinco últimos anos do governo ditatorial de Vargas, o chamado Estado Novo⁴, e os quatorze primeiros anos do período de redemocratização⁵. Quanto ao Educandário Juvêncio Terra, interessamos os primeiros quatorze anos do período de redemocratização, ou seja, 1946 a 1960.

4 O Presidente Getúlio Vargas exerceu um governo ditatorial no Brasil, chamado ‘Estado Novo’, entre 1937 e 1945.

5 Os governos que se seguiram, aproximadamente, nas duas décadas após o Estado Novo (período pós-Vargas) readmitiram o regime político democrático, e por isso chamamos esse período de ‘redemocratização’. Com o golpe militar em 1964, o país passou a ser governado por uma ditadura militar.

Em nossa reflexão, a parte não se define por si, mas na relação com o todo: forma e conteúdo, essência e aparência são dimensões da realidade. A práxis pedagógica que predominou na região centro-sul da Bahia nas décadas de 40 e 50 é parte de uma ampla concepção de educação que delineou o perfil das escolas brasileiras, participou de disputas ideológicas, atendeu aos interesses políticos e econômicos, foi materializada em termos legais e em ações concretizadas nas escolas dos quatro cantos do país. Ainda que respeitemos as especificidades locais, precisamos compreender como essas dimensões se relacionam, se combinam e se contradizem.

O Estado Novo ofereceu ao país uma política de desrespeito às instituições democráticas representativas. Tal política foi legalizada pela Constituição de Francisco Campos, sendo a educação orientada pelas *Leis orgânicas do ensino* de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde (Ghiraldelli Jr., 2003; Schwartzman, 2000)⁶. O Estado Novo modificou os pontos colocados na Constituição de 1934, segundo os quais a educação seria um direito de todos e dever do poder público. Em 1937, a legislação passou a chamar o Estado de ‘colaborador’ do processo educacional, cabendo aos pais a responsabilidade principal. Proposta semelhante a elite tinha para a educação brasileira, pois os ricos poderiam escolher entre as redes privada ou pública; os pobres tinham a alternativa única do ensino profissionalizante.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, decretada em 09 de abril de 1942, foi percebida nos processos e resultados do Ginásio de Conquista, como apontam os relatos orais de memória:

[...] até eu lucrei porque pude fazer um curso superior, e isso me serviu muito. Eu tive farmácia aqui. Também se ele (o Padre) não fizesse, eu tenho pra mim, outros teriam vindo, não ia ficar esse tempo todo sem um curso graduado (Melo, 2008).

A qualidade de ensino era muito boa, os alunos que saíram do Ginásio se formaram e tiveram uma boa profissão. A educação era muito superior em

6 Sobre o caráter ditatorial desse período, pode-se considerar que “outros colaboradores de Vargas tinham clara orientação fascista, como Francisco Campos, primeiro ministro da educação, depois da justiça, e Gustavo Capanema, ministro da educação do Estado Novo. Ambos foram fundadores, em Minas Gerais, da Legião de Outubro, um partido fascista de duração efêmera” (CUNHA, 1986, p. 241).

relação aos dias de hoje. Podemos falar de ‘antes e depois do Ginásio’ (Silva, 2008, grifo nosso).

[...] para entrar no Ginásio, o candidato passava por um exame de Admissão. Como era um colégio particular, muitas pessoas que não podiam pagar tinham bolsa de estudo, como exemplo de uma prima, filha do irmão do meu pai (Câmara, 2007).

O Ginásio do Padre teve em Conquista uma importância muito grande, porque ele foi [...] uma alavanca que levou muita gente pra continuar a estudar, pra fazer um curso superior[...] E a importância era tão grande, de se fazer o ginásio, que tinha a formatura com festa, com baile, com colação de grau. [...] como eram bonitas as formaturas, como eram solenes as formaturas de ginásio! (Mota, 2008).

Nessas narrativas, reverberam algumas orientações da Lei Orgânica do Ensino Secundário presentes no Ginásio: o cuidado com a qualidade e a preocupação em encaminhar os alunos ao curso superior; o oferecimento do curso pela iniciativa privada; a inspeção do ministério para a validação; a primazia do ensino humanístico e elitista e a preocupação com os valores morais, religiosos, patrióticos e da família. O artigo primeiro do primeiro capítulo do Regimento Interno não deixa dúvidas quanto à finalidade da instituição: ‘O Ginásio de Conquista fundado e mantido, desde 1933, por seu atual Diretor, tem por fim precípua ministrar o ensino médio, dentro do plano geral estabelecido pelo ministério da Educação e Saúde, suas leis e regulamentos’.

Nas lembranças da chegada do Ginásio a Vitória da Conquista são relatados outros acontecimentos e episódios marcantes na época:

[...] o Ginásio do Padre foi transferido pra cá em 1939, foi quando começou a guerra da Alemanha. A Primeira Guerra Mundial [Segunda Guerra Mundial] e teve um fato interessante, lá em Conquista [...] (risos) foi o primeiro avião que chegou em Conquista, eu me lembro que a gente estava na escola e fomos todos a pé, correndo para ver esse avião lá no campo, a gente nem conhecia avião (Santos, 2008).

Nesse momento, o mundo ocidental vivia a Segunda Guerra Mundial, conflito que envolveu e mobilizou a maioria dos cidadãos e toda a economia para a sua sustentação. Muitos exércitos se tornaram complexos de atividades econômicas e muitos governos se envolveram com a fabricação bélica ou com o desenvolvimento tecnológico, o que resultou na ampliação das indústrias (Hobsbawm, 1995).

O apoio do governo de Getúlio Vargas aos países aliados, negociado a partir de 1941 com os Estados Unidos, gerou muitas controvérsias, pois nele se manifestavam algumas contradições: o governo praticava uma política externa de aproximação com nações que se definiam como democráticas, mas tinha uma política interna ditatorial e antidemocrática, comparável com a política nazifascista.

Nesse período, ocorreu a ampliação do parque industrial brasileiro, seja pela fabricação e exportação de muitos produtos para os países beligerantes seja pela instalação de filiais de empresas estrangeiras no Brasil. Tamanha alteração econômica atingiu o sistema educacional, que passou por uma ampla reforma. Reservou-se uma Lei Orgânica específica para o ensino industrial, a qual foi promulgada em janeiro de 1942, adequando o ensino do país ao Estado Novo, um governo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização (Cunha, 1989).

Na reforma, com a educação do país organizada em bases nacionais, a ênfase recaiu sobre a educação técnica, que formaria jovens para o trabalho, a alfabetização de adultos e adolescentes, a formação de profissionais e o aperfeiçoamento do Convênio Nacional de Ensino Primário (Gandini, 1995).

Em 1945, o Estado Novo chegou ao fim. No governo de Eurico Gaspar Dutra, o país ganhou uma constituição de cunho liberal e democrático, na qual se determinou a obrigatoriedade do ensino primário e se deu competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Em 1946, quando o Educandário Juvêncio Terra matriculou seus primeiros alunos, a educação nacional era desenhada pela Reforma Capanema, em obediência à Carta Constitucional. Exatamente em 02 de janeiro de 1946, foi decretada a Lei 8529 – Lei Orgânica do Ensino Primário. Para o ensino primário, que até então era de responsabilidade dos estados e sucumbia com poucos recursos e péssimas condições (com exceção do ensino primário oferecido pelas ordens religiosas), foi previsto um Fundo Nacional. De acordo com essa lei, que apresentava algumas

influências do Movimento da Nova Escola, o ensino primário deveria preparar para o exame de admissão ao ensino secundário. Como as exigências econômicas do país em desenvolvimento exigiam o mínimo de cultura para a população, foram instituídas a obrigatoriedade e a gratuidade desse ensino.

A gratuidade do ensino no Brasil foi instituída inicialmente pela Constituição Imperial, em seu artigo 179: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (Brasil, 1824), e ratificada pelas constituições republicanas. Em 1946, quando foi reafirmada a gratuidade do ensino primário oficial para todos, o ensino posterior tornou-se gratuito somente aos que comprovassem não possuir recursos (Werebe, 1968).

Quanto à obrigatoriedade escolar do ensino primário, estabelecida no Brasil pelas constituições de 1934, 1937 e 1946, não constava a determinação de uma faixa etária a ser atendida. Outros documentos foram mais ambiciosos, como as constituições e legislações estaduais que regulavam a matéria, a exemplo da Lei Orgânica do Ensino Primário, de 1946, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino entre 8 a 12 anos. No entanto, a obrigação e a gratuidade estabelecidas pelas leis, claras no papel, permaneciam obscurecidas pelas autoridades e pela população em geral (Werebe, 1968).

Na região centro-sul da Bahia, apesar das determinações legais, o Estado cedeu espaço para a iniciativa privada e essa ausência pode ter favorecido a experiência da professora Rosália Figueira, fundadora e diretora de uma escola particular na sede do município conquistense em 1946 (o Educandário Juvêncio Terra). Sua narrativa de memória, registrada no Memorial em sua homenagem, é ilustrativa desse debate:

Minhas irmãs eram fazendeiras, não podiam trazer os filhos para a cidade, então, eu fiquei ensinando na casa dos cunhados [...] Passei alguns anos nessas fazendas, mas, finalmente eu achei que devia ter um colégio aqui em Conquista, devia organizar uma escolinha. Comecei uma escolinha na rua Fernando Spínola [...] com apenas 14 alunos que eram meus sobrinhos. A escola tinha internato. O colégio foi aos poucos crescendo e tive de mudar para outro espaço (Vilas Bôas, 1996, p. 30).

As crianças que frequentavam a escola e permaneciam pelo menos até o final do primário eram de famílias abastadas, que tinham recursos

financeiros para mantê-las, ou seja, de famílias que apreciavam os benefícios da educação formal e viam no ensino um meio de ascensão social. A maior parte da população vivia em péssimas condições materiais, não dispunha de recursos para enviar e manter seus filhos na escola, comprar roupa e material escolar. Em grande parte, como habitavam o meio rural, as famílias teriam que arcar com os custos de um pensionato ou um internato, caso não tivessem parentes na sede onde houvesse uma escola pública com vagas disponíveis. Do contrário, dependeriam de bolsas de estudo.

Ela tinha um amor por essa profissão, por essa escola, que era impressionante. No que dependia dela [...] Ela ficava sem, pra poder colocar na escola. Ela não sabia separar o que era dela, particular e o que era da escola.

Ela era muito amorosa e dedicada. Tinha muito amor ao próximo. Ela sempre foi assim, porque era muito religiosa, ela tinha Jesus no coração. Ela ajudava demais as pessoas, e se preocupava demais. E colocar para estudar era uma forma de ajudar (Fagundes, 2012).

De nossa perspectiva, a concessão de bolsas reafirma e comprova o caráter excludente da educação brasileira desse período. O sistema educacional brasileiro não garantia a oportunidade de estudo aos indivíduos, como princípio e direito, independentemente de questões econômicas.

Entre 1951 e 1954, quando Getúlio Vargas retornou à presidência pelas vias eleitorais, as novas forças econômico-sociais do país estavam em expansão e exigiam da superestrutura política condições efetivas de crescimento (Ribeiro, 2003). Essa foi a década em que o campo da educação foi agitado pelas disputas entre católicos e intelectuais da Escola Nova, principais vozes que se confrontavam na defesa da escola privada e da escola pública, respectivamente. Contudo, a educação assumiu o perfil liberal indicado pelos escolanovistas, fieis à perspectiva modernizadora e conservadora que foi a marca do Estado brasileiro a partir dos anos 1930.

De 1956 a 1961, durante o governo de Juscelino Kubitschek, vivemos o período 'áureo' do desenvolvimento econômico e das contradições: o aumento das possibilidades de emprego veio acompanhado da concentração dos lucros em setores internos e externos; o propósito de enriquecer a nação era direcionado às elites, empobrecendo o povo; a

estrutura agrária era incompatível com a expansão industrial e o desenvolvimento nacional; ademais, a entrada do capital estrangeiro em condições privilegiadas sacrificou o capital nacional⁷.

Os interesses da classe dominante eram mantidos ao mesmo tempo em que a crise gerada pela nova orientação econômica se agravava, a ponto de exigir a reformulação do modelo em seu aspecto político ou econômico. Como explica Ribeiro (2003, p. 136), o impasse era tornar compatíveis os aspectos político e econômico do modelo: “[...] optando pela manutenção da orientação econômica e mudança na orientação política ou optando pela manutenção da orientação política e mudança na orientação econômica”. A opção do governo de Jânio Quadros e João Goulart, a partir de 1960, foi mudar a orientação econômica: modelo político nacional-desenvolvimentista de base capitalista e programa de reformas democrático-burguesas, com o apoio de setores de esquerda⁸.

Na educação, vemos os reflexos dessas questões políticas e econômicas. Registra-se um aumento percentual nas despesas da União e do Estado com educação e cultura nos anos 1955 e 1965, possibilitando a ampliação da rede escolar, embora não o suficiente para superar a seletividade característica da escola brasileira. No entanto, os municípios baixaram as dotações com educação pública. No ensino médio, foi triplicada a matrícula efetiva e duplicado o quadro docente (Ribeiro, 2003).

Os governos de redemocratização não alteraram significativamente a educação. Contudo, determinados fatos significativos para a História da Educação no Brasil, ocorridos na República Nova (1946-1963), merecem destaque: as discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB); a inauguração do Centro Popular de Educação, início da Escola-Classe e Escola-Parque de Anísio Teixeira na Bahia; a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC); em 1961, o início da campanha de alfabetização, com didática criada por Paulo Freire, que propunha alfabetizar adultos em 40 horas; em 1962, a criação do Plano

7 Os reflexos na economia foram claros: atividades diversificadas, novos empregos criados, formação do grupo de dirigentes brasileiros de empresas estrangeiras e manutenção da exploração da mão-de-obra como forma de acumulação.

8 O golpe de 1964 foi desencadeado pelos que acreditavam na conveniência da compatibilização, mantendo a orientação econômica (com base no capital externo) e mudando a política (Ribeiro, 2003).

Nacional de Educação e do Programa Nacional de Alfabetização, pelo MEC, inspirado no método de Freire (Almeida, 1989).

Posteriormente à Segunda Guerra Mundial, o mundo ocidental, embora não de maneira uniforme, desfrutou de um estrondoso crescimento econômico, que fez surgir um estilo de vida conhecido como ‘anos dourados’: novidades no mercado de bens e serviços, avanço científico e tecnológico e automação do trabalho alimentavam a economia moderna, que, nos anos 1950 e 1960, passou a exigir investimento e replanejamento na educação (Hobsbawm, 1995). Essa euforia animou a classe média e movimentou a economia brasileira, mesmo às custas do endividamento do país.

Nossa investigação revelou traços da ligação entre a maneira pela qual a sociedade produzia sua existência material e a escola criada por ela. Revelou-nos, ainda, que a memória social do Ginásio de Conquista e do Educandário Juvêncio Terra está imbricada com a produção de ideias, de representações da consciência, que, de início, encontra-se “[...] diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real” (Marx & Engels, 1977, p. 36).

A priori, nossa preocupação envolvia a compreensão da existência concreta e imediata dos homens. Compreendemos que são os homens ‘reais e ativos’ que produzem a suas representações e as suas ideias, mas “[...] condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas” e do modo de relações que lhes corresponde. “A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo da vida real” (Marx & Engels, 1977, p. 36-37).

Nas narrativas de memória sobre o Ginásio de Conquista e o Educandário Juvêncio Terra são unânimes as opiniões de que essas instituições primavam pelos valores, pela qualidade, pela intelectualidade, pelo rigor, pela disciplina e pela ordem. O ‘ideal de homem’ a ser formado nessas instituições, pelo que diz a memória social, era o cidadão crivado de valores cívicos, patrióticos, cristãos, inspirados nas democracias burguesas e liberais.

Quando presentificaram um tempo que ‘era seu’, os entrevistados reviveram uma escola ‘ideal’. Lembraram-se do rigor como método educativo; da disciplina como propósito e do castigo como um procedimento pedagógico, fazendo despontar na memória o conjunto do que consideram as principais qualidades de uma instituição.

Certamente, o que está em questão não é apenas a lembrança e o seu conteúdo, mas também o ‘mundo’ ao qual ela se refere ou se reporta, do qual é fruto e fonte e, mais ainda, do qual se sente órfão e\ou deseja reviver.

Referências

Ailva, A. F. S., 86 anos, secretária do Ginásio de Conquista entre 1942 e 1947. Serventuária aposentada da Justiça aposentada. (2008, maio 22). *Entrevista*. Vitória da Conquista, BA.

Almeida, J. R. P. (1989). *História da instrução pública no Brasil (1500 1889)*. Trad. Antônio Chizzotti. São Paulo, SP: EDUC.

Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3a ed.). São Paulo, SP: Cia das Letras.

Brasil. Presidência da República. (1824). *Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*. Acessado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

Câmara, H. F., 62 anos, ex-aluna do Ginásio de Conquista entre 1955 e 1958, “pessoa de notório saber”. Escritora, Doutora em Ciências Política. (2007, setembro 05). *Entrevista*. Vitória da Conquista, BA.

Cunha, C. (1989). *Educação e autoritarismo no Estado Novo* (2a ed.). São Paulo, SP: Autores Associados. (Coleção educação contemporânea. Série memória da educação).

Cunha, L. A. (1986). *A universidade temporã* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.

Cunha, A. S., 78 anos, ex-aluno, turma de 1950, Médico (2009, novembro 07). *Entrevista*. Vitória da Conquista, BA.

Fagundes, V. M. B., sobrinha de D. Rosália; ex-aluna do Educandário Juvêncio Terra, turma de 1949; ex-aluna do Ginásio de Conquista, da turma de 1953. Ex-professora do Educandário Juvêncio Terra. (2012, agosto 17). *Entrevista*. Vitória da Conquista, BA.

Não informou a idade.

Fentress, J., & Wickham, C. (1992). *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema.

Gandini, R. P. C. (1995). *Intelectuais, Estado e educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1952)*. Campinas, SP: Unicamp.

Ghiraldelli Jr., P. (2003). *Filosofia e história da educação brasileira*. Barueri, SP: Manole.

Hobsbawn, E. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo, SP: Cia. das Letras.

Marx, K., & Engels, F. (1977). *A ideologia alemã* (8a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.

Melo, J. S., 93 anos, aluna do Ginásio de Conquista, da turma de 1940. Formada em Farmácia. (2008, abril 15). *Entrevista*. Vitória da Conquista, BA.

Mota, J. N. F., 64 anos, ex-aluna do Ginásio de Conquista entre 1954 e 1959, e professora da instituição em 1969. Professora aposentada, formada em Ciências Sociais. (2008, junho 03). *Entrevista*. Vitória da Conquista, BA.

Nunes, C. (2000). O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, (14),35-60.

Ribeiro, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar* (19a ed.). Campinas, SP: Autores Associados.

Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp.

Santos, D. C., 85 anos, ex-aluno do Ginásio de Conquista da turma de 1940. Agricultor e comerciante aposentado. (2008, abril 14). *Entrevista*. Vitória da Conquista, BA.

Schwartzman, S. (2000). *Tempos de Capanema*. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Werebe, M. J. G. (1968). *Grandezas e misérias do ensino no Brasil* (3a ed.). São Paulo, SP: Corpo e Alma do Brasil.

Edileusa Santos OLIVEIRA; Ana Palmira Bittencourt Santos CASIMIRO

Vilas Bôas, E. C. (1996). *Memorial Professora Rosália Figueira Silveira*. Vitória da Conquista, BA: Educandário Juvêncio Terra.

Submetido em: 23/03/2015

Aprovado em: 15/10/2015